

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Os dias eram assim	2
Título: A Petrobras na mira do Posto Ipiranga	2
Título: Privatização de fatias da Petrobras.....	3
Título: ‘A privatização da Petrobras não está em discussão’	6
Título: Estados devem receber até R\$ 15 bi de megaleilão	8
Título: Apenas 3% das barragens do país foram vistoriadas em 2017, diz estudo	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: ‘Privatizar Petrobras não está em questão’, diz novo presidente	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Liberal total	13
Título: Os sem-partido.....	14
Título: ‘Política de preço é sinal do nosso atraso’	15
Título: ‘Competição é antídoto contra corrupção’	17
Título: BNDES libera R\$ 5 bi para linha de Belo Monte.....	19
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: 45 barragens correm risco de rompimento	19
Título: Energia: é importante o novo governo ouvir os técnicos	21

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Os dias eram assim**

Dilma, em abril de 2015, em plena crise da Lava-Jato, pediu a Murilo Ferreira, então presidente da Vale, que assumisse a presidência do Conselho de Administração da Petrobras. Para ajudar na tarefa, que exigia um choque de credibilidade, Murilo levou seu colega de muitos anos da Vale, Roberto Castello Branco —o futuro presidente da estatal. —O Roberto é uma pessoa íntegra, estudiosa e deve fazer uma boa gestão —aposta Murilo.

À época...

Os dois acabaram trombando com o então presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, hoje preso pela Lava-Jato.

LEMBRAI-VOS DE 1964

O presidente da Petrobras tem Castello Branco no nome; o do BC, Roberto Campos (é neto do economista brilhante). Há ainda um general Mourão. O governo Bolsonaro lembra muito 1964— até nos nomes.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Bernardo Mello Franco****Título: A Petrobras na mira do Posto Ipiranga**

O novo presidente da Petrobras vê uma “urgente necessidade” de privatizá-la. Roberto Castello Branco usou a expressão em junho, em artigo na “Folha de S.Paulo”. O texto defende, sem meias palavras, que a maior estatal brasileira seja passada nos cobres. Ontem o economista disse que a privatização da Petrobras, que ele considerava urgente há cinco meses, “não está em discussão”. Vale o falado ou vale o escrito? Será preciso esperar para ver, como de resto em quase tudo no governo eleito. Castello Branco é um dos homens de Paulo Guedes, o “Posto Ipiranga” de Jair Bolsonaro.

O futuro superministro já havia emplacado os chefes do BC e do BNDES. Agora vai instalar outro ex-pupilo da Universidade de Chicago na petroleira, cujo valor de mercado ultrapassou os R\$ 350 bilhões na sexta passada. Ao longo da campanha, Guedes defendeu a privatização de “todas” as estatais. “O governo pode vender a Petrobras, por que não?”, questionou, em entrevista à GloboNews. A lógica indica que ele continuará a martelar a pergunta no ouvido do capitão. Até aqui, Bolsonaro tem feito todas as vontades de seu futuro ministro. “Estou dando carta branca para o Paulo Guedes. É ele que está escalando o time”, disse ontem, como se alguém ainda duvidasse. O presidente eleito acrescentou que a Petrobras poderá ser vendida “em parte”, mas se enrolou quando os repórteres pediram detalhes.

“Alguma coisa você pode privatizar, não toda, tá certo? É uma empresa estratégica e nós tamos conversando sobre isso daí”, disse. A resistência à privatização total tende a vir do núcleo militar do governo. O general Hamilton Mourão diz que as áreas de distribuição e refino podem ser negociadas, mas que o resto “não vai ser privatizado”. A Petrobras fez 65 anos em outubro. Nas últimas décadas, sobreviveu a um governo que tentou mudar seu nome para PetroBrax, a pretexto de internacionalizá-la, e a outro que fatiou suas diretorias entre partidos aliados, no esquema descoberto pela Lava-Jato. Em sua certidão de nascimento está o nome do general Horta Barbosa, líder da campanha “O Petróleo é Nosso”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/11/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa, Ramona Ordonez, Geralda Doca, Gabriela Valente, Manoel Ventura e João Paulo Saconi*

Título: Privatização de fatias da Petrobras

Com Roberto Castello Branco à frente, estatal deve acelerar venda de ativos

RIO E BRASÍLIA- Com a escolha do economista Roberto Castello Branco para presidir a Petrobras — uma decisão pessoal do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes — a estatal deve intensificar a venda de ativos. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, afirmou ontem que mantém conversas com Castello Branco sobre a possibilidade de privatizar partes da empresa:

— Estou conversando com ele. Não sou uma pessoa inflexível, mas temos que, com muita responsabilidade, levar um plano como esse aí. Vi lá atrás com bons olhos a questão da Embraer. Então, podemos conversar. Entendo que é uma empresa estratégica que pode ser privatizada em partes, sim.

Em junho, Castello Branco defendeu a privatização da própria Petrobras e de outras estatais em artigo publicado na Folha de S.Paulo, mas ontem descartou essa hipótese. Após o escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato, a Petrobras foi obrigada a iniciar um amplo programa de venda de ativos para equacionar suas contas e reduzir seu endividamento.

Entre as alternativas estudadas em setores como refino, distribuição, gasodutos, fertilizantes, entre outros, a Petrobras passou a buscar sócios estratégicos ou vendas de participações. As declarações dadas pelo novo governo indicam que a saída de atividades que vão além da exploração e produção de petróleo, o negócio central da companhia, deve ganhar fôlego.

— O núcleo duro da Petrobras, a prospecção, onde estão a inteligência e o conhecimento, isso não vai ser privatizado. Agora, podemos negociar distribuição e refino. Isso pode ser negociado — afirmou o vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, após participar de reuniões no Centro Cultural Banco do Brasil.

CARTA BRANCA PARA GUEDES

Um dos primeiros desafios com os quais Castello Branco deve se deparar à frente da companhia é a defesa da política de preços da estatal. Em 31 de dezembro, está previsto o fim da política de subsídio ao óleo diesel, adotada pelo governo para encerrar às pressas a greve dos caminhoneiros, em maio.

Desde então, a Petrobras pratica preço com desconto para o diesel (mediante ressarcimento) e repassa para o valor cobrado da gasolina nas refinarias a flutuação das cotações do petróleo e do dólar. Um mecanismo de hedge (proteção) fez com que os repasses deixassem de ser praticamente diários, o que permite intervalos de até 15 dias.

A adoção de uma política de preços própria foi considerada um divisor de águas para o mercado financeiro, que penalizava as ações da estatal em razão da interferência da União. No passado, o governo represava o aumento dos combustíveis para evitar impacto na inflação.

Ontem, Bolsonaro disse que está conversando com Guedes e Castello Branco sobre a política de preços. Ele ressaltou que o novo presidente da Petrobras foi uma escolha pessoal de Guedes. O futuro ministro da Economia chegou a fazer elogios ostensivos ao atual comandante da estatal, Ivan Monteiro, mas queria contar com Castello Branco, que ajudou o economista na preparação de proposta para as privatizações, em um posto-chave.

Com passagens pelo Banco Central e pela Vale, o economista tem visão alinhada com a de Guedes. Os dois estudaram na Universidade de Chicago, um dos principais celeiros do pensamento neoliberal.

— O Castello Branco é uma indicação do Paulo Guedes. Estou dando carta branca para ele paratudo que é envolvido com economia. Estamos cobrando proatividade, enxugar a máquina e fazê-la funcionar para a nossa população. Alguma coisa você pode privatizar, não toda. É uma empresa estratégica, e nós estamos conversando sobre isso aí — disse Bolsonaro.

Fontes ligadas à Petrobras elogiaram a escolha de Castello Branco, que já fez parte do Conselho de Administração da companhia em 2015. Aos 74 anos, Castello Branco ocupa atualmente o cargo de diretor do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Economista com pós-doutorado na Universidade de Chicago, ele também desenvolveu projetos de pesquisa na área de petróleo e gás. Em 1985, durante o governo de José Sarney, foi diretor do Banco Central. E passou 15 anos na mineradora Vale.

O executivo é conhecido como forte defensor da política de corte de custos, inclusive de benefícios. As divergências sobre a condução da companhia teriam levado à saída do conselho da estatal, que era presidida à época por Aldemir Bendine, indicado pela então presidente Dilma Rousseff.

— Ele está alinhado com a atual política da companhia, que prevê a venda de ativos e a gestão independente dos preços dos combustíveis — disse uma fonte que já trabalhou com ele na Petrobras.

No mercado financeiro, a reação inicial foi de surpresa, pois havia expectativa de que Ivan Monteiro permanecesse à frente da empresa. Ainda assim, as ações preferenciais (sem voto) da Petrobras avançaram 0,77%. As ordinárias fecharam perto da estabilidade, com queda de 0,07%.

MONTEIRO PODE IR PARA O BB

Com a troca no comando da Petrobras, Monteiro deve ocupar outro posto-chave: o comando do Banco do Brasil. Bolsonaro afirmou ontem que não há decisão tomada, mas que esta é uma alternativa viável para o executivo.

Segundo fontes próximas da equipe econômica, Guedes ficou impressionado com Monteiro e coloca em sua conta a reestruturação da Petrobras. O futuro ministro teria inclusive recebido pedidos de dentro da empresa para que ele permanecesse no cargo.

Guedes chegou a sondar executivos de bancos privados, mas havia resistência dos funcionários a aceitar um novo presidente de fora da empresa. Monteiro deixou o BB para ocupar uma diretoria na Petrobras junto com Bendini.

Outro nome que aguarda espaço de destaque na área econômica é o do economista Rubem Novaes (ex-diretor do BNDES e professor da FGV). O executivo é cotado para assumir a presidência da Caixa Econômica Federal.

Outro nome cogitado para o cargo é Pedro Guimarães (Brasil Plural), especialista em privatizações. O nome do atual presidente da Caixa, Nelson de Souza, também continua em análise.

Na Esplanada, um dos ministérios que ainda não foram definidos é o de Minas e Energia. No momento, pelo menos três nomes aparecem como mais cotados para ocupar o posto, que pode ser anunciado nesta semana. Com simpatia de Guedes e do general Mourão, um dos citados pela equipe de transição é o engenheiro Paulo Pedrosa — ex-secretário-executivo da pasta. Outro nome é o do consultor Adriano Pires, especialista em petróleo.

Quem faz a defesa de Pires no governo de transição é principalmente o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O atual ministro da pasta, **Moreira Franco**, também gosta de Pires. Há um terceiro cogitado para uma vaga no Ministério de Minas e Energia: o professor da área de energia Luciano Castro. Ele está na equipe de Bolsonaro desde a campanha, na coordenação da área de energia elétrica, e tem cargo na transição.

(*) Estagiário, sob a supervisão de Carolina Morand.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/11/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: 'A privatização da Petrobras não está em discussão'

Entrevista : Roberto Castello Branco

Economista que assumirá a estatal no governo Jair Bolsonaro afirma que pré-sal é prioridade e que vai estudar venda de ativos da companhia

O futuro presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ao GLOBO que não pretende privatizar a Petrobras. O economista, que foi confirmado ontem para o comando da estatal a partir de janeiro no governo de Jair Bolsonaro, já

defendeu publicamente a privatização da petroleira e de outras estatais. Ontem, ele destacou que a prioridade será focar no aumento da exploração e produção de petróleo, principalmente no pré-sal.

Ele vai substituir Ivan Monteiro, que assumiu o comando da estatal em junho deste ano, com a saída de Pedro Parente, após a crise aberta pela greve dos caminhoneiros, que paralisou o país e causou uma crise de desabastecimento.

Leia os principais trechos da entrevista:

O senhor já defendeu a privatização da Petrobras. Qual é o plano agora no comando da estatal?

A privatização da Petrobras não está em discussão. Eu nem tenho mandato para isso. E nem penso nisso. Vamos fazer da Petrobras uma empresa forte e eficiente. O modelo ideal para a Petrobras é a Codelco, estatal chilena produtora de cobre, que atua em um cenário de competição com outras empresas globais.

Qual será a estratégia que o senhor vai adotar para vender parte das refinarias e o controle da distribuidora de combustíveis BR?

A venda de ativos vai ser discutida: como fazer e o que fazer. Por enquanto, ainda nem passei na porta da Petrobras. Vou visitar o Ivan (Monteiro), mergulhar nos dados e pensar na atuação, que só começa em janeiro.

O senhor pretende fazer mudanças na equipe da empresa?

Em princípio, a Petrobras tem uma equipe muito boa, com profissionais altamente capacitados. Não pretendo fazer grandes mudanças. É prematuro fazer qualquer análise nesse sentido.

O senhor pretende acelerar a venda de ativos na companhia?

Vou tomar pé disso. Conheço a Petrobras de fora, acompanho à distância. Vou me informar a respeito dos detalhes durante a fase de transição.

Qual será a sua prioridade no comando da estatal?

O objetivo é gerar valor para o acionista. A Petrobras vai focar na exploração e produção do petróleo, principalmente o pré-sal, que é a nova fronteira de produção no mundo. E a companhia tem tecnologia para isso. Esse será um ponto forte, que vai gerar mais empregos e mais arrecadação para o governo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/11/2018****Seção: Economia****Autor: Amanda Almeida****Título: Estados devem receber até R\$ 15 bi de megaleilão**

Guedes prometeu os recursos a governadores eleitos em troca de apoio à aprovação de reformas como a da Previdência

BRASÍLIA- Estados e municípios devem receber entre 10% e 15% do dinheiro que será arrecadado com o megaleilão de petróleo na camada pré-sal. O percentual está sendo negociado entre a equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e parlamentares. A expectativa é que o leilão renda até R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Assim, o montante repassado poderia chegar a R\$ 15 bilhões.

Uma fonte envolvida nas negociações diz que o percentual exato e a forma de distribuição do dinheiro entre prefeitos e governadores devem ser decididos nos próximos dias, para que o Senado tente votar um projeto de lei que abra caminho para o megaleilão.

Ele facilita o fechamento de um acordo entre a União e a Petrobras para rever o contrato da cessão onerosa (pelo qual a estatal ganhou o direito de explorar cinco bilhões de barris da camada pré-sal). Com a revisão do contrato, o governo federal poderá leiloar o petróleo excedente dos campos do pré-sal. É a receita dessa operação que se quer partilhar com os governos regionais.

Essa promessa foi feita por Guedes em reunião com os governadores eleitos na quarta-feira passada. Um acordo já havia sido firmado em jantar com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB), na noite anterior. Em grave crise financeira, os estados querem a ajuda da União para pôr suas contas em dia.

CONTRA-PARTIDAS

O futuro ministro da Economia não falou em exigir contrapartidas dos governadores para partilhar a receita bilionária do pré-sal, mas o atual comandante da Fazenda, Eduardo Guardia, defende que haja algum compromisso de ajuste por parte dos estados. Guedes pediu apenas que os governadores se engajem nas articulações para a aprovação da reforma da Previdência.

Eunício e as equipes econômicas do presidente Michel Temer e de Jair Bolsonaro também estudam como viabilizar a partilha. O texto em votação no Senado não trata desse tema. Para incluir a divisão da receita do leilão com estados e municípios, o projeto teria que voltar para a Câmara, o que atrasaria a votação.

O aceno aos governadores faz parte da estratégia de Guedes de tentar deslocar dos parlamentares para governadores as negociações sobre propostas de interesse do governo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/11/2018

Seção: Sociedade

Autor: Renato Grandelle

Título: Apenas 3% das barragens do país foram vistoriadas em 2017, diz estudo

Relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre a segurança das barragens brasileiras indicou a necessidade urgente de investimentos em manutenção e vistorias. Das 24.092 estruturas registradas no país em 2017, apenas 3% foram vistoriadas por pelo menos um dos 31 órgãos fiscalizadores. Quarenta e cinco foram apontadas como as mais problemáticas — no ano anterior, eram 25 —, porque contêm componentes que impactam a sua segurança, e por isso podem romper.

Chefe do Laboratório Thermo-Hydroelectro da Universidade Federal de Itajubá (MG), Carlos Martinez avalia que um desastre pior do que o rompimento da barragem de Mariana, em 2015, "ainda está para acontecer".

— Novos acidentes serão inevitáveis e ninguém será responsabilizado — lamenta.

— As estruturas usadas atualmente já estão ficando velhas, e não há um fundo público para gerenciá-las quando forem desativadas.

Apenas 23% dos recursos previstos na esfera federal foram aplicados em operação, manutenção e segurança das barragens. Um exemplo da ineficácia provocada pela falta de recursos é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, uma autarquia que conta com apenas R\$ 5,7 milhões para fiscalizar cerca de 300 equipamentos — assim, tem à disposição apenas R\$ 19 mil para cada uma deles.

Para o diretor da ANA, Oscar Cordeiro Netto, os dados encontrados no documento são fundamentais para que se saiba quais barragens devem ser priorizadas.

— É muito importante identificá-las para garantir a sua integridade e segurança, além de repassar essas informações à sociedade — avalia.

Outro problema indicado pelo relatório é a falta de pessoal disponível para trabalhar nas estruturas. No ano passado, havia apenas 154 servidores qualificados para fiscalizar todas as instalações no país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: 'Privatizar Petrobras não está em questão', diz novo presidente

Indicado por Bolsonaro para a petroleira, Roberto Castello Branco, porém, não descarta a venda de partes da estatal

Indicado nesta segunda-feira (19) pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para presidir a Petrobras, o economista Roberto Castello Branco disse que a privatização da companhia “não está em questão” e que pretende reforçar o foco nos investimentos para a exploração e produção de petróleo do pré-sal.

Em entrevista à Folha, Castello Branco defendeu ainda a manutenção da política de preços internacionais dos combustíveis e a redução da presença da estatal no setor de refino, mas disse que não prevê “nenhuma guinada espetacular” na gestão atual.

Consultor para a área energética da equipe de transição de Bolsonaro, ele fez parte do conselho de administração da Petrobras em 2015. Deixou o colegiado antes do fim de seu mandato por divergências com a gestão Aldemir Bendine — que, em 2017, foi preso pela Operação Lava Jato.

Castello Branco é professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas), onde ocupa o cargo de diretor do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Tem pós-doutorado pela Universidade de Chicago e ex-diretor do Banco Central e da Vale.

Chegou ao conselho da Petrobras em 2015 por indicação do ex-presidente da mineradora, Murilo Ferreira, que havia sido nomeado por Dilma Rousseff para presidir o conselho da petroleira.

Deixou a empresa com críticas ao ritmo das mudanças na gestão da estatal, que vivia crise aguda após a Lava Jato. Considerava que a reestruturação interna e a venda de ativos eram tímidas.

É um parente distante do general Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente da ditadura militar.

Em artigo publicado na Folha, em julho, após a criação do programa de subvenção ao diesel e em meio às críticas contra subsídios, defendeu a privatização da Petrobras. Agora, afirma que “a privatização da companhia não está em questão”.

“Não tenho mandato para pensar nisso”, disse. Ele não descartou, porém, a saída de outras áreas, como a distribuição de combustíveis.

Em entrevista nesta segunda, Bolsonaro repetiu que a Petrobras pode ser privatizada “em partes”, mas disse não ser inflexível a opiniões da área econômica. Castello Branco foi indicado pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e deve se encontrar com Bolsonaro nesta terça-feira (20), em Brasília.

O futuro presidente da Petrobras disse que o foco atual, de concentrar esforços na produção do pré-sal, “não só será mantido mas reforçado”.

“Precisamos aproveitar essa riqueza enquanto há tempo. Em algumas décadas, o petróleo perderá a relevância que tem hoje”, disse. A área de exploração e produção, diz, é “o coração da empresa”.

Não quis adiantar medidas, alegando que “ainda não passou na porta da Petrobras”, mas sinalizou que os planos de vender refinarias serão mantidos. Ele argumenta que a competição no refino é positiva para o consumidor, inclusive quando se trata de preços dos combustíveis.

“O que está sendo feito [a política de preços alinhados às cotações internacionais] é a coisa certa. Inclusive, os preços no Brasil estão dentro da média mundial”, disse. “O que está errado é uma única empresa controlar 98% da capacidade de refino do país”.

“O fato de ter um único agente no mercado permite que algumas pessoas exerçam o monopólio”, disse, citando os períodos de preços defasados nos

governos do PT, que geraram prejuízos à estatal e ao setor de etanol. “É melhor que o preço [dos combustíveis] seja determinado por condições de mercado.”

A Petrobras abriu processo de venda de fatias de 60% em dois polos de refino, cada um com duas refinarias, dutos e terminais. As negociações foram suspensas após liminar do STF (Supremo Tribunal Federal) que condicionou a venda de fatias majoritárias em estatais ou subsidiárias a aprovação do Congresso.

Castello Branco disse acreditar que a questão será resolvida na Justiça, liberando a estatal para vender as refinarias. Ele não adiantou, porém, se o modelo de venda será mantido no governo Bolsonaro.

Sobre uma possível privatização da BR Distribuidora, disse que ainda não há decisão, mas alegou que há casos de empresas petroleiras internacionais que não possuem distribuidoras. Em 2017, a Petrobras vendeu 28,75% das ações da empresa por R\$ 5 bilhões, mas manteve o controle.

O novo presidente da Petrobras evitou também adiantar informações sobre a composição de sua equipe. Limitou-se a dizer que “a Petrobras tem quadros muito bons”.

No fim de outubro, a Folha informou que Castello Branco era o mais cotado para assumir a Petrobras. A definição do nome chegou a gerar disputa entre autoridades do futuro governo. Enquanto Guedes defendia a indicação de Castello Branco, o vice-presidente eleito, General Hamilton Mourão, demonstrava preferência por um nome da área militar.

Castello Branco é amigo de Guedes desde a década de 1980, quando este presidiu a rede de ensino Ibmecc.

Nesta segunda, Mourão elogiou a escolha. “Acho um nome extremamente competente, o Gil Castello Branco, excelente. Vai manter essa gestão de recuperação que a empresa está passando”, disse, confundindo o futuro dirigente da estatal com Francisco Gil Castello Branco, secretário-geral da Contas Abertas, que analisa gastos públicos.

Sobre privatização da Petrobras, Mourão disse que o governo Bolsonaro defende que o “núcleo duro, que é a prospecção” deve permanecer sob controle do estado, mas poderá negociar privatizar áreas de distribuição e refino da empresa.

A Petrobras disse, em comunicado ao mercado, que ainda aguarda a devida oficialização pelo seu acionista controlador para adotar os trâmites internos pertinentes”.

A nomeação agradou ao mercado. “E muito respeitado. Conhecido por ser extremamente competente, muito trabalhador, exigente, ético, sério, humilde no trato das pessoas e admirado por essas qualidades. O nome cai bastante bem para os investidores”, avalia Pablo Spyer, da corretora Mirae.

A expectativa é que Castello Branco dê continuidade ao plano de desinvestimentos da estatal e à política de preços dos combustíveis acompanhando a paridade internacional, segundo Adriano Pires, diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

“Excelente indicação. Primeiro porque mostra que a meritocracia prevaleceu, já que não foi escolha política”, disse. “Com Roberto, espero retomada do programa de venda, de maneira mais consistente, e foco no downstream, com a negociação de dutos, refinarias e até da BR Distribuidora”, afirmou Pires.

A nomeação de um nome mais técnico deverá reduzir a capacidade de influência da ala mais estatizante do governo Bolsonaro, segundo Giovani Loss, sócio de óleo e gás do escritório Mattos Filho.

Para ele, a indicação é positiva pelo viés liberal do futuro presidente, mas também por sua experiência prévia no comando da estatal. “Ele já tem noção dos processos internos da empresa. Certamente o mercado vai reagir de forma positiva”, diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Liberal total

Direto da fonte

A escolha de Roberto Castello Branco para a Petrobrás agradou ao mercado, apesar de as ações da estatal terem encerrado o dia em baixa – reflexo da expectativa ontem, lá fora, de queda do preço do petróleo.

Liberal 2

É fato que a seriedade e a competência do atual diretor da FGV são reconhecidas. Entretanto, nos corredores da estatal, alguns funcionários rememoravam ontem a sua maneira pouco política de ser. O que sugere que a vida do futuro presidente da Petrobrás pode não ser tão fácil.

Liberal 3

Lembram que, no ano em que ocupou uma das oito cadeiras no conselho de administração da petroleira, destinadas ao governo Dilma, Castello Branco brigou forte pelas posições liberais de quem cursou a Universidade de Chicago. Enfrentou um conselho conservador e perdeu boa parte das batalhas.

Liberal 4

Foi o único, por exemplo, que insistiu de maneira incisiva na liberação do preço do gás à época. Pouco depois, Aldemir Bendine, então presidente da Petrobrás, deu um jeito de afastá-lo. Esse afastamento hoje conta a seu favor.

Liberdade

Teve peso grande na decisão de Ivan Monteiro em não permanecer na Petrobrás, o forte desgaste destes quatro anos e o sacrifício da família. Nessa linha, existem apostas de que ele vai optar pela iniciativa privada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Eliane Cantanhêde****Título: Os sem-partido**

O governo Jair Bolsonaro pode até não ser um “governo militar”, como generais, almirantes e civis ligados ao futuro presidente fazem fila para garantir, mas que está ficando parecido, lá isso está. Até com um superministro civil definindo a pauta, a cara e a personalidade da economia. No regime militar, havia uma divisão clara entre os generais que presidiram o País e os grandes economistas todo-poderosos: Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen. Os dois grupos tinham poderes bem definidos e eram obviamente de direita, mas como se fossem de dois mundos diferentes. Os economistas, por exemplo, nunca perguntaram sobre tortura e repressão. Hoje, o economista Paulo Guedes vai assumindo poderes equivalentes a Campos, Delfim e Simonsen, com o presidente eleito cumprindo à risca sua promessa de dar independência ao ministro. Ou “carta branca”, como o próprio Bolsonaro definiu ontem.

E assim vão chegando ao novo governo economistas que comungam a mesma filosofia liberal, com prioridade fiscal, Estado enxuto e três desafios-chave do mundo moderno: eficiência, produtividade e competitividade. Isso significa,

entre outros, combater privilégios, promover reformas e assumir o ônus político das privatizações. Mas e o “social”, palavrinha mágica num país tão desigual como o Brasil? Durante a eleição, uma das grandes interrogações que rondavam a campanha de Bolsonaro era o quanto, ou até onde, ele conseguiria reprimir sua alma corporativista, estatizante, nada liberal. Na própria campanha, ele deu pano pra manga a esses temores, ao desdizer Paulo Guedes e negar a privatização da Eletrobrás, empresa considerada privatizável por nove entre dez economistas, só não pelos políticos que mantém ali suas boquinhas.

Na formação do governo, Guedes vai em frente e não apenas o mercado, mas também os especialistas e o setor produtivo elogiam suas escolhas, como Roberto Campos Neto (olha a simbologia!) no Banco Central, uma das poucas áreas poupadas por Lula e Dilma e bem mantida por Temer. Ou como Roberto Castello Branco na Petrobrás, tão atacada, mas já saneada por Pedro Parente e Ivan Monteiro. Aplausos também para Joaquim Levy, no BNDES, que serviu aos “campeões nacionais”, mas vem sendo revirado do avesso com Temer; Mansueto Almeida com mão de ferro e antipedaladas na Secretaria do Tesouro; Ivan Monteiro, saindo da Petrobrás para o Banco do Brasil, sua casa original.

Como no regime militar, esses nomes de ponta da economia não têm deuses nem partidos, ostentam diplomas das melhores universidades, especialmente dos EUA, e transitam bem de Fernando Henrique para Lula, Dilma, Temer e agora Bolsonaro. Como transitam facilmente entre os setores privado e público. A exceção, por enquanto, é o neto do ministro, embaixador e senador Roberto Campos, o ícone do liberalismo nacional. Ele, o neto, fez toda a carreira na área financeira privada. Além dos economistas do regime militar, há que se trazer à tona os grandes economistas que um dia foram apelidados de “tucanos”, articularam o Plano Real, ajustaram o País, voltaram para a iniciativa privada e se dividiram em 2018 entre Alckmin, Marina, Amoêdo e independência.

Eles criaram uma “escola”. Enquanto o super Guedes recruta economistas liberais, Bolsonaro cede mais e mais poder e espaço no Planalto aos oriundos do Exército, em especial ao vice, general Hamilton Mourão. Eles continuam jurando que o governo não será militar, mas há controvérsias. Petrobrás. Apesar da versão de que “os generais” reivindicavam a presidência da Petrobrás, militares ligados a Bolsonaro garantiam desde 30/10 que seria um civil. E foi.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: ‘Política de preço é sinal do nosso atraso’

Mônica Scaramuzzo O economista Roberto Castello Branco, novo presidente da Petrobrás a partir de janeiro, é considerado um dos homens de confiança de Paulo Guedes, futuro ministro da Economia. Ao Estado, Castello Branco se posicionou totalmente contra a política de controle de preços dos combustíveis que foi adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff. "Não se vê política (de preços) para carne e para o arroz, por exemplo. Porque isso simplesmente é o mercado." | Em maio, os caminhoneiros pararam o País por causa do reajuste ao óleo diesel. O sr. acha que esse assunto foi bem conduzido pelo governo? Não sei, porque não participei. Prefiro não dar opinião. Mas a raiz disso está na farra de crédito subsidiado do BNDES de 2007 a 2014. Isso, aliada à má condução da política econômica, levou o País a uma recessão brutal, afetando o setor de transporte de cargas. | O subsídio ao diesel tem de ser repensado? Subsídio não resolve nenhum problema. Pelo contrário, acaba criando outros. Temos um sério problema de desequilíbrio fiscal. Não é recomendável que se mantenham subsídios como um todo. Vamos discutir essa questão mais à frente. | E a política de preços para os combustíveis? Acho horrível se falar em política de preços. Isso é um sinal do nosso atraso. Não se vê política (de preços) para carne e para arroz, por exemplo. Porque isso simplesmente é o mercado. O ideal é que tenhamos vários players de mercado e que cada um decida o que é o melhor para seus clientes. É o livre mercado. | O sr. já tem ideia de que ativos poderão ser vendidos pela companhia? Vamos avaliar. Os detalhes serão discutidos depois de uma análise criteriosa. | Parte das ações da BR Distribuidora já é negociada na Bolsa de Valores. O governo pode se desfazer de uma fatia maior da empresa? Vamos decidir depois. A Petrobrás deverá vender ativos que não fazem parte do core business. Prefiro não especular. | A Liquigás, empresa de gás de cozinha, chegou a ser vendida, mas o negócio foi barrado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Esse é um ativo que não faz sentido a Petrobrás ter no seu portfólio. O mercado de distribuição de gás liquefeito ao consumidor é concentrado. Vamos encontrar uma maneira de colaborar para a desconcentração, não para acentuar essa concentração. | Privatizar refinarias está no radar? É algo que pode ser estudado. Há uma distorção onde uma única empresa detém 98% do negócio. É uma anomalia. | Há uma corrente mais liberal que defende a privatização da própria Petrobrás... Privatizar a Petrobrás, neste momento, não está em discussão. Não tenho nenhum mandato do presidente Jair Bolsonaro para fazer isso. | Outro assunto defendido pelo mercado é a quebra do monopólio do setor de gás canalizado. Esses assuntos deverão ser tratados, mas não envolvem exatamente só a Petrobrás. Envolvem políticas públicas, Congresso. Podemos dar nossa contribuição com ideias, mas não depende da Petrobrás. O gás natural é uma fonte de energia que ainda é pouco tocada no Brasil. Temos um potencial grande de produzir em larga escala e atrair investimentos. | O sr. afirmou que o foco da Petrobrás deverá ser na exploração e produção. Qual modelo deverá prevalecer nesse processo? Eu sou favorável a que se tenha um único regime de exploração, o da concessão para o mercado

como um todo. No Brasil, há três regimes: concessão, partilha e tem ainda a concessão onerosa. Tenho forte preferência por um único regime. A concessão. Ponto. | O sr. considera esse modelo mais atrativo para investidores? Acredito que os investidores gostam mais do regime de concessão. Temos de tornar o País atrativo para se fazer negócios. Isso significa mais emprego, mais renda e a construção de uma nação próspera. | Qual será o papel da Petrobrás no próximo governo? Será de uma empresa estatal séria, produtiva e que contribua definitivamente para o desenvolvimento do País. Vamos investir mais em pré-sal, atuar em setores-chave e vender o que tiver de ser vendido. No Chile, temos o exemplo da Codelco, maior produtora de cobre do mundo, que convive com outros players no mercado global e contribui para o desenvolvimento da economia chilena. O Chile é a melhor economia da América Latina. É um exemplo a ser seguido.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2018

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: 'Competição é antídoto contra corrupção'

Entrevista

Roberto Castello Branco, futuro presidente da Petrobrás

Novo presidente defende fim do monopólio e foco na produção de petróleo; privatização total não está em discussão

O economista Roberto Castello Branco, anunciado ontem pela equipe econômica de Jair Bolsonaro como futuro presidente da Petrobrás, como antecipou o Estado, defende que a petroleira mantenha o foco nas atividades para as quais tem competência, como exploração e produção de petróleo. "A Petrobrás desenvolve outras atividades que não são naturais e que não atraem retorno. A competência da Petrobrás é na exploração e produção de petróleo. Temos de levar a companhia a acelerar a exploração do pré-sal", disse ao Estado.

Ex-diretor do Banco Central e ex-diretor da Vale, Castello Branco, que também já fez parte do conselho de administração da estatal, disse que nos próximos dias vai se dedicar a estudar estratégias para a Petrobrás. A privatização de ativos da companhia está em avaliação, mas vender a própria companhia, não. "Privatizar a Petrobrás, neste momento, não está em discussão. Nem tenho nenhum mandato do presidente Bolsonaro para fazer isso." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Que Petrobrás o sr. vai assumir a partir de janeiro e qual será o futuro dela?

O Pedro Parente (ex-presidente da estatal) começou um trabalho de compliance e redução de custos na companhia, que deverá ser mantido. Vamos continuar o processo de desalavancagem (redução de dívidas). A Petrobrás já andou muito nessa direção, mas precisa ainda continuar nessa linha porque os preços do petróleo, assim como de outras commodities, são muito voláteis e se transmitem para o fluxo de caixa. Sobre alocação de capital, a Petrobrás tem de usar o capital onde vai obter maior retorno para os acionistas. O principal acionista da Petrobrás, temos de manter em mente, é o povo brasileiro.

Qual deve ser o foco da estatal?

É levar a empresa a acelerar a exploração do pré-sal. O pré-sal é uma fonte de riqueza enorme. Temos uma grande oportunidade agora, se deixarmos passar, daqui a duas ou três décadas, o panorama energético do mundo vai ser diferente e o petróleo não será tão importante como é hoje. Temos de aproveitar esta fase para trazer desenvolvimento econômico para o Brasil.

Como se faz isso?

A Petrobrás tem o que ela tem competência para fazer, dentro dos seus recursos. Ela tem tecnologia, bom estoque de capital humano, de engenheiros e geólogos altamente especializados. E é claro que ela não consegue fazer sozinha. O ideal é que se tenha mercados competitivos gigantes. Para mim, além das medidas de compliance, a competição é o melhor remédio contra corrupção. A corrupção tem oportunidade de se manifestar onde há monopólios, onde a escolha não é por mérito, nos centros das conexões políticas pelos favores. Para a Petrobrás, a competição será um antídoto permanente contra esse tipo de coisa. A sociedade não tolera mais (corrupção).

Que atividades o sr. considera não serem estratégicas para a companhia?

A Petrobrás desenvolve outras atividades que não dão um retorno natural. Um exemplo é a distribuição de combustíveis. A Petrobrás ainda é dona da BR Distribuidora, que, no fim das contas, é uma cadeia de lojas. A competência da companhia está na exploração e produção de petróleo. Também não faz sentido uma única companhia deter 98% de uma atividade no Brasil, que é o refino. A Petrobrás pode rever o monopólio nessa área. Eu sou a favor de regras, não de delegações a pessoas. Então, de novo, a competição é favorável a todos: à própria Petrobrás e ao Brasil. Faz bem ao desenvolvimento econômico do País. Dá maior liberdade aos mercados, gera mais investimentos, mais renda, mais emprego, mais arrecadação ao governo federal, governos estaduais e municipais.

Como o sr. pretende montar sua equipe?

A Petrobrás tem uma equipe excelente. Eu já fui conselheiro, conheço diversas pessoas e sei que tem profissionais muito bem qualificados. Não pretendo fazer nenhuma revolução dentro da empresa. Todos podem estar certos disso. Nos próximos dias, vou me dedicar pura e exclusivamente à Petrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: BNDES libera R\$ 5 bi para linha de Belo Monte

Vinicius Neder / RIO O BNDES anunciou ontem a aprovação de crédito de R\$ 5,2 bilhões para a construção do sistema de transmissão elétrica que vai conectar a Estação Conversora Xingu, em Altamira (PA), à Estação Conversora Terminal Rio, em Nova Iguaçu (RJ). Prevista para ficar pronta em dezembro de 2019, essa é a segunda linha de transmissão para escoar a energia gerada pela Hidrelétrica de Belo Monte. A primeira, que também recebeu empréstimo de R\$ 2,6 bilhões do BNDES, começou a operar em dezembro do ano passado. O segundo linhão está em construção pela Xingu Rio Transmissora de energia S.A. (XRTE), empresa controlada pelo grupo chinês State Grid. A empresa que opera a primeira linha, a Belo Monte Transmissora de energia, também tem participação do grupo chinês. Embora a XRTE ainda trabalhe com o prazo de conclusão previsto no edital, a construção do novo linhão precisa passar por terras da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, pertencente ao banqueiro Daniel Dantas que tem resistido a dar autorização de passagem. A questão foi parar no Judiciário. A segunda linha de Belo Monte terá 2,5 mil km, entre Altamira e Nova Iguaçu, mais do que os 2,1 mil km da primeira linha. O linhão atravessará 79 municípios de Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo o BNDES, o empréstimo anunciado ontem representa 61% dos investimentos totais do projeto, de R\$ 8,5 bilhões.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/11/2018

Seção: Brasil

Autor:

Título: 45 barragens correm risco de rompimento

A Agência Nacional de Águas (ANA) divulgou ontem um dado alarmante: cresce no país a quantidade de barragens com risco de se romper — como aconteceu há três anos no município mineiro de Mariana, quando o colapso da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, deixou um rastro de lama que soterrou vilas e provocou a morte de 19 pessoas. Em 2017, segundo relatório divulgado ontem pela autarquia, havia 45 estruturas em perigo, número 80% maior que o registrado em 2016, quando 25 apresentavam riscos. Recuperá-las custaria R\$ 92,2 milhões, segundo projeção da agência.

O relatório mostra que as principais falhas são baixo nível de conservação, insuficiência do vertedor e falta de documentos que comprovem a estabilidade das estruturas. A maioria das barragens com problemas está localizada no Norte e no Nordeste, em estados como Acre, Alagoas e Bahia. Das 45 em situação de risco, 25 pertencem a órgãos ou entidades públicas. No período analisado pelo relatório, a ANA identificou 14 acidentes e incidentes, sem mortes.

Os riscos podem ser ainda maiores, já que somente 17% das barragens são vistoriadas anualmente. “O monitoramento deve basear-se em critérios como nível de perigo, categoria de risco, dano potencial associado e disposição do empreendedor em colaborar, pois não há condições de os fiscais visitarem todo seu universo de barragens todo ano”, diz o documento.

De acordo com o relatório, existem problemas de todos os tipos, sendo os mais frequentes a ausência de documentação, estruturas comprometidas e parcialmente inoperantes, surgências e infiltrações, embargos jurídicos e até o encerramento das atividades da empresa responsável sem a implantação de programa de desativação das barragens.

O temor de técnicos é de que uma tragédia como a de Mariana se repita. Além de provocar mortes, o maior desastre ambiental da história do país devastou dois municípios. Várias famílias atingidas pelo desastre continuam sem receber indenização ou auxílio (leia Memória).

Uma das principais dificuldades de fiscalização é o deslocamento para a visita das barragens. Somente 20 órgãos fiscalizadores, de um total de 31, realizaram alguma vistoria in loco. “A rotina de fiscalização ainda deve ser introduzida em cerca de um terço dos órgãos fiscalizadores”, avalia a ANA.

No país há um cadastro que reúne 24.092 barragens para diferentes finalidades, como acúmulo de água, de rejeitos de minérios ou industriais, e para geração de energia. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e a mineradora Vale do Rio do Doce têm o maior número de barragens cadastradas, com 253 e 175, respectivamente.

Memória

Vítimas da lama

O rompimento da barragem do Fundão, no distrito de Bento Ribeiro, em Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015, liberou um mar de lama de rejeitos de minérios que atingiu mais de 40 cidades, matou 19 pessoas e impactou a fauna e a flora do Rio Doce por 660km entre Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo perícia da Polícia Civil, havia uma grande quantidade de água no depósito, além da lama, o que tornou a drenagem insuficiente e gerou o rompimento. A estrutura pertence à mineradora Samarco, de propriedade da Vale e da empresa australiana BHP Billiton. A Fundação Renova, criada a partir de um acordo entre a Samarco, a União e os estados prejudicados, afirma que foram pagos cerca de R\$ 1,1 bilhão em indenizações e auxílios financeiros a vítimas da tragédia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/11/2018

Seção: Opinião

Autor: Joao Carlos de Oliveira Mello(Presidente da Thymos Energia)

Título: Energia: é importante o novo governo ouvir os técnicos

Para viabilizar a necessária modernização do setor de energia, é imprescindível que os erros do passado não se repitam. Indicações políticas e compadrio não contribuem para a evolução da política energética. Por isso, vemos com bons olhos os acenos feitos pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, no intuito de indicar profissionais de reconhecida competência técnica para os altos cargos executivos. Dessa forma, a expectativa do setor é encontrar no **Ministério de Minas e Energia (MME)**, nas agências reguladoras e nas demais entidades que coordenam o setor um canal aberto e qualificado de interlocução. Afinal, são muitas as demandas a serem resolvidas — ou, pelo menos, endereçadas — nos próximos quatro anos.

Nos primeiros dias de 2019, o novo governo terá de enfrentar uma das questões mais urgentes do setor elétrico: a judicialização do risco hidrológico, chamado de GSF (Generation Scaling Factor) no jargão técnico. O termo faz referência ao descolamento entre a quantidade de energia negociada por usinas hidrelétricas em contratos e aquela que foi efetivamente gerada. Entretanto, como o Brasil adota um modelo centralizado de gestão, a decisão de ligar ou desligar as

turbinas não cabe exclusivamente às usinas — há momentos em que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) solicita que essas usinas operem abaixo de sua capacidade máxima para preservar a água em seus reservatórios. O prejuízo é dividido entre agentes do setor e consumidores, mas alguns desses agentes conquistaram liminares na Justiça que os exime do rateio da conta.

O imbróglio em torno do GSF pode gerar uma inadimplência superior a R\$ 10 bilhões até o final de 2018 e travar as negociações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Há esforços em prol de uma solução, mas nenhuma garantia até agora. Entre as alternativas estão a inclusão do tema em Projeto de Lei (PL) do Senado ou a elaboração de uma Medida Provisória, a ser referendada pela presidência no próximo ano. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) também vem articulando uma saída alternativa para o impasse, pois a questão é estrutural. E, embora a resolução do passivo seja fundamental, ela não acaba com o problema: sem uma revisão nas regras, os geradores continuarão expostos e em pouco tempo essa matéria retornará à pauta.

Outra questão fundamental transita no Congresso Nacional por meio do PL 1917/15: uma proposta para a expansão gradual do Mercado Livre de Energia, que prevê aos consumidores de qualquer tensão o direito de escolher seu fornecedor de energia elétrica. A migração seria liberada em etapas, até seis anos após o início de tramitação da lei, previsto para 2020. Esse texto é resultado de um profundo debate entre agentes do setor e representantes do governo a partir de contribuições enviadas para o MME na Consulta Pública 33, realizada em 2017. Com o apoio do Congresso, o novo governo terá papel decisivo na articulação política que decidirá o futuro do setor.

Da mesma forma, aguarda-se com urgências deliberações em torno de processos como o da desburocratização e da desestatização da área de energia. Embora não esteja claro se a Eletrobrás será incluída no pacote de privatizações, há expectativas de que as distribuidoras que ainda estão sob o controle da companhia passem para o controle da iniciativa privada em breve, com o destravamento dos leilões. No caso da Amazonas Energia, há o risco de liquidação da empresa, em prejuízo de milhões de consumidores, se o certame não for realizado. A venda da distribuidora de Alagoas está suspensa por meio de liminar.

A nova equipe terá pela frente, ainda, a renovação do acordo para importação de gás natural da Bolívia e a discussão sobre a contratação da capacidade de transporte do gasoduto que liga os dois países, o Gasbol. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) se prepara para abrir um chamamento público às empresas que queiram atuar no gasoduto pelo lado brasileiro — um movimento que vem sendo elogiado pelo mercado. Caberá ao

governo dar prosseguimento à tendência de desverticalização do setor, iniciada com a Lei do Gás, em 2009.

Também será de responsabilidade do governo Jair Bolsonaro a condução das negociações com o Paraguai para renovar o contrato da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que expira em 2023, quando finda também o pagamento da dívida contraída para a construção da usina. Itaipu fornece cerca de 15% da energia elétrica consumida no país e, se o acordo não for renovado, o país vizinho poderá deixar de fornecer ao Brasil uma parte significativa desse montante. Os estudos para a renegociação do Anexo C, que contém as bases financeiras do Tratado de Itaipu, estão entre os temas estratégicos do setor elétrico para os próximos anos.

Nenhuma dessas questões pode ser resolvida a contento sem a participação de um corpo técnico qualificado, sem estudos e simulações, sem análises criteriosas. Esse conhecimento deve servir de base para a definição de uma política energética clara e objetiva. Somente a partir de princípios bem estabelecidos, elaborados em consonância com os agentes do setor e a sociedade, serão construídos o arcabouço regulatório e as respectivas políticas públicas para que seja assegurado o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia.

MME / ASCOM .